Entrevistas

Contribuição ao debate sobre a internacionalização da pesquisa e da formação em ciências sociais

Entrevista da Comissão Editorial com Sérgio Costa[1]

***Plural:** Fale um pouco de sua trajetória profissional, contando as razões da especialização em sociologia e sua relação com as universidades estrangeiras.*

Sérgio: Logo depois de concluir a graduação em economia na Universidade Federal de Minas Gerais, fui trabalhar no planejamento urbano, no âmbito de um programa do Banco Mundial voltado para a geração de emprego e renda. Ainda que a graduação em economia da UFMG no começo dos anos 80 tivesse muito pouco a ver com a modelização que dominou o ensino de economia desde então, sendo, portanto, um curso voltado para a economia política e a história econômica, senti-me, no exercício da profissão, pouco preparado para compreender e intervir na realidade difícil e complexa da cidade. Os muitos conflitos de interesses, as negociações políticas pouco transparentes, a relação delicada entre o Estado, as organizações civis e o conjunto da população evidenciaram, para mim, que as atividades que íamos planejando e executando fundavam-se em diagnósticos fragilíssimos. Além do mais, faltavam instrumentos adequados de intervenção. Não creio que se tratasse de um caso especial. A qualidade do planejamento urbano é definida em todas as partes com base na obediência a um vocabulário e a um conjunto de procedimentos que se estabeleceu como padrão: faz-se um plano diretor, uma lei de uso e ocupação do solo e mais uma meia dúzia de legislações setoriais, e tem-se a ilusão de que se logrou disciplinar a cidade, enquanto o cotidiano urbano segue, obviamente, absolutamente fora de controle.

Pois bem, foram as muitas dúvidas acumuladas nos poucos anos de planejamento urbano que me trouxeram para as ciências sociais e, mais particularmente, para o mestrado em sociologia, na mesma UFMG. A dissertação lembrava no título um sucesso dos Titãs – *Política para quem precisa de política* – e buscava explorar, a partir de um estudo empírico, as tensões entre Estado e a sociedade civil com as quais o planejamento urbano me havia confrontado. A escolha da Universidade Livre de Berlim para o doutorado se deu por razões mais pessoais e sentimentais que acadêmicas. O plano inicial era Paris. A tese buscava aprofundar questões levantadas no mestrado, ainda que a reflexão tenha ganhado um certo refinamento teórico, a partir do interesse em conhecer mais adequadamente as relações entre de-

[1] Doutor e livre-docente em Sociologia pela Freie Universität Berlin, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e atualmente professor-visitante na Universität Flensburg (Alemanha).

mocracia e esfera pública. Tive a sorte de poder freqüentar regularmente, no período do doutorado, o colóquio semanal coordenado por Axel Honneth, que atraía na ocasião expoentes da teoria crítica e da teoria feminista de todo o mundo. Foi um período de aprendizado vivo, intenso e muito amplo, já que os temas tratados iam da filosofia política à sociologia e à antropologia cultural. Pude também, no período do doutorado, oferecer seminários no Instituto de Estudos Latino-Americanos, experiência igualmente rica e motivante.

Uma semana depois de defendida a tese em Berlim, no começo de 1996, já estava lecionando em Florianópolis, minha próxima estação, primeiro como recém-doutor e depois como professor concursado, atuando na graduação e no programa de pós-graduação em sociologia política da Universidade Federal de Santa Catarina. Foram quatro anos extremamente gratificantes, tanto pelos novos colegas quanto pelos alunos e, claro – como poderia negar? –, pela vida na ilha. Nesse mesmo período, me integrei ao CEBRAP num projeto sobre meio ambiente, tendo, portanto, o privilégio de desfrutar do ambiente intelectual e afetivo de um centro que, sob muitos aspectos, é único.

O idílio ilhéu foi interrompido no final de 1999, com um convite para lecionar em Berlim. Era um contrato de seis anos e a oferta de elaborar, no período, a tese de livre-docência, sem a qual você não é considerado um cientista social para valer na Alemanha. Foi o período em que tomei contato de forma mais intensa com os estudos pós-coloniais e os estudos culturais negros britânicos. Busquei partir dessas contribuições para, primeiro, refletir sobre o lugar da produção intelectual latino-americana no âmbito de uma certa cartografia do poder de influenciar o regime de verdade das ciências sociais. O outro impulso provindo dessas leituras se voltava para a análise de transformações no campo da reconstituição das relações etno-raciais no Brasil. A apropriação criativa e inovadora que aqueles estudos faziam do pós-estruturalismo e da noção de diferenças articuladas de modo contingente e contextual passou, desde então, a constituir para mim uma referência crítica fundamental para descartar o essencialismo tanto dos que acreditam em *uma* cultura nacional integradora e igualitária, quanto dos que procuram reduzir à noção de raça a multiplicidade de diferenças envolvidas nas lutas anti-racistas. Foi o que tentei sistematizar no livro *Dois Atlânticos*, lançado em 2006 no Brasil.

Decorridos os seis anos em Berlim, veio um novo período no CEBRAP, centro ao qual continuo vinculado, e, logo em seguida, o convite para assumir uma cátedra como professor convidado do DAAD, na Universidade de Flensburg, uma pequena e agradável cidade na costa do Mar Báltico, junto à fronteira com a Dinamarca. É nessa universidade que me encontro no momento.

A carreira dividida entre o Brasil e a Alemanha traz dificuldades intermináveis no plano pessoal-familiar, e as menciono apenas para lembrar que o elogio da mobilidade acadêmica irrestrita não leva em conta que as relações familiares continuam territorializadas. Em compensação, a trajetória binacional abriu possibilidades de contatos e estadas curtas em muitas outras universidades e países, as quais representam um inequívoco ganho profissional.

Plural: Quais seriam as principais vantagens da pós-graduação em sociologia na Alemanha, em comparação com o Brasil? E quais as vantagens da formação no Brasil?

Sérgio: A estrutura da formação de pós-graduação no Brasil é, em comparação com a alemã, extremamente disciplinarizada e escolar. Na Alemanha vigora – ou pelo menos vigorava até poucos meses – a liberdade absoluta, o aluno de doutorado assiste a um ou outro seminário que lhe interesse ou que o orientador aconselhe. O doutorado consiste, contudo, fundamentalmente na pesquisa e redação da tese. Vejo vantagens e desvantagens em ambos sistemas. A formação fortemente regulada e regulamentada no Brasil limita, de algum modo, a curiosidade e a iniciativa pessoal dos alunos, enquadrando-os num esquema de deveres e incentivos que os leva a se dar por satisfeitos quando, por assim dizer, cumprem suas obrigações de doutorandos. Ao mesmo tempo, contudo, o modelo garante um nível mínimo de conhecimentos. Ou seja, um aluno que não tiver conhecimentos básicos sobre um conjunto mínimo de temas não consegue concluir seu doutorado. O vôo intelectual do doutorando, mesmo quando é relativamente modesto, será sempre seguro, uma vez que pautado pelo corpo de exigências formais para a complementação do doutorado. Na Alemanha, a completa desregulamentação funciona muito bem quando o aluno sabe trabalhar autonomamente e o professor orientador cumpre seu papel de orientar. Nesse caso, o doutorando pode investir bem seu tempo, pesquisando aquilo que de fato é relevante para seu projeto. Nos casos mal-sucedidos, contudo, o desastre só é percebido muito tarde, depois de o doutorando ter passado semestres inteiros andando em círculo atrás de suas dúvidas e angústias, sem poder compartilhar isso com muita gente.

Ou seja, o sistema regulado brasileiro pode limitar a fantasia, mas reduz igualmente o risco de um desastre retumbante. O sistema aberto alemão não estabelece limite nem para a criatividade, nem para o fracasso. Além do mais, a inexistência de uma estrutura institucional densa, na qual o aluno se encontraria inserido, leva-o a uma completa dependência do orientador, que constitui, afinal, seu único vínculo efetivo com a universidade durante o período do doutoramento. Se o orientador é alguém envolvido numa rede interessante e rica de intercâmbio, o doutorando será beneficiado pelos diversos contextos de discussão e contatos que o orientador lhe proporcionará. Se, ao contrário, o orientador for uma pessoa de horizontes reduzidos e mal articulada na academia, o período do doutorado será para o doutorando uma experiência intelectual empobrecida e pouco motivante.

Um outro fator que diferencia fortemente os dois contextos acadêmicos é a estrutura de arquivos e bibliotecas. De certo modo, o acesso virtual a publicações minorou um pouco a deficiência das bibliotecas brasileiras. Não obstante, a diferença entre as possibilidades de acesso ao material relevante para o desenvolvimento de uma tese na área de ciências sociais que existem no Brasil e em países como a Alemanha ou os Estados Unidos é abismal. Mesmo as bibliotecas universitárias com o acervo mais atualizado, como a da USP ou da Unicamp, não oferecem um décimo do que se encontra em qualquer biblioteca de uma universidade de pro-

víncia na Alemanha ou nos Estados Unidos.

Pessoalmente, penso que a política de formação no Brasil deve ainda por muito tempo fomentar a formação no exterior, não só com bolsas sanduíche, mas com o fomento de toda a formação. São as estadas mais longas que propiciam melhor domínio da língua do país anfitrião e o contato com colegas de outras partes do mundo, fundamental para a internacionalização e a integração dos pesquisadores brasileiros em redes de discussão e cooperação científica. É na convivência diária e prolongada na biblioteca, no café da universidade ou nos clubes noturnos que se costuram os laços de confiança e solidariedade indispensáveis às cooperações futuras, depois que os jovens doutores voltam a seus países de origem.

Plural: *Quais as principais diferenças entre a vida universitária na Alemanha e no Brasil, com relação a salários, condições de trabalho, e como isso se traduz no que é produzido pela sociologia?*

Sérgio: A tradição universitária dos países de fala alemã é a da estrutura hierárquica. A universidade se organiza, fundamentalmente, em torno das cátedras. De forma geral, só os catedráticos têm empregos estáveis, acesso aos recursos mais cobiçados, e só eles podem, de fato, orientar doutorandos. São eles também que podem utilizar o título de Professor, o qual irradia, na Alemanha ou na Áustria, uma autoridade simbólica razoável. Abaixo deles estão os *Privatdozenten*, os livres-docentes, que desfrutam de algum status acadêmico porque já concluíram sua tese de livre-docência e estão habilitados a orientarem doutorandos, mas que são livres no sentido do vínculo profissional, ou seja, não dispõem de emprego fixo. Depois deles, vêm os assistentes e demais docentes que, tendo ou não concluído seu doutorado, não podem orientar doutorandos e estão subordinados, de direito e, na maior parte dos casos, de fato, aos catedráticos. Do ponto de vista prático, isso significa que, dependendo do caso, os assistentes corrigem as provas e os trabalhos para o catedrático, preparam o material que este usará em seus seminários e têm contratos de trabalho, via de regra, temporários. O catedrático oferece, em geral, quatro seminários de duas horas-aula semanais por semestre; o assistente, um ou dois, dependendo se é doutor ou não. Ao que eu saiba, essa divisão tão rígida de funções não encontra paralelo em outros países e é, naturalmente, diametralmente oposta à estrutura departamental existente no Brasil. Aqui, mais uma vez, a eficiência do sistema depende muito das situações individuais. Quando se tem um catedrático dinâmico, capaz de canalizar recursos e catalisar debates interessantes, cria-se em torno da cátedra um ambiente rico e dinâmico, propiciando o desenvolvimento de projetos intelectuais abrangentes e duradouros. Quando, por outro lado, a cátedra é ocupada por um acadêmico acomodado, nada na instituição funciona, já que o poder de decisão e ação está inteiramente concentrado nas mãos dele. No Brasil, o tratamento igualitário, independentemente do mérito, pode, nos casos mal-sucedidos, premiar a mediocridade e refrear o impulso criativo dos espíritos mais dinâmicos. Na maior parte dos casos, contudo, conforme as situações que presenciei mais de perto no Brasil, a estrutura departamental produz estruturas

de poder mais transparentes e força a fundamentação argumentativa das decisões tomadas, reduzindo, assim, o risco do despotismo e do abuso de poder.

A grande desvantagem do sistema alemão é a insegurança pessoal vivida pelos pesquisadores até se tornarem catedráticos, o que pode naturalmente não acontecer nunca. Há uma racionalidade sistêmica nisso tudo, na medida em que se espera que só de fato os mais competentes conseguirão se estabelecer como titulares, enquanto os menos dedicados serão empurrados para fora do sistema. Do ponto de vista existencial, contudo, essa dinâmica é cruel, na medida em que dificilmente se consegue estabilidade profissional antes dos 40 anos de idade.

Não sei em que medida as diferenças nos sistemas de formação e na estrutura de cargos condiciona as distinções entre o caráter da produção das ciências sociais na Alemanha e no Brasil. Seguramente, a estrutura de cátedras permite a construção de obras de maior fôlego, impensáveis na lógica departamental. Para ficar em exemplos extremos, imagine-se, por exemplo, o que significaria a presença de um Habermas ou de um Luhmann no âmbito de um departamento em uma universidade brasileira. Seguramente levariam a estrutura à implosão ou seriam contidos pelos colegas de departamento.

Recentemente, há uma tentativa de flexibilizar a estrutura rígida da universidade alemã com a introdução do chamado catedrático júnior, o qual tem as mesmas competências do catedrático, sem a exigência, contudo, de que seja livre-docente. A experiência é recente e ainda não provocou um impacto significativo.

De todo modo, penso que, tanto na Alemanha como no Brasil, a tendência de médio e longo prazo, sobretudo no campo da ciência política e da sociologia, é o que chamaria, sem preocupação de rigor, de "americanização" crescente das agendas, das metodologias de pesquisa e dos métodos de trabalho. Isto é, nos dois países, cada vez mais o nível de excelência é avaliado pelas publicações internacionais, entendidas como publicações em língua inglesa, as quais ganham, portanto, um enorme poder de legitimar determinados produtos e formas de produção científica e desclassificar outros. A tendência geral é que o lugar para a reflexão teórica seja cada vez menor, valorizando-se mais e mais a especialização excessiva e metodologias quantitativas. Do ponto de vista da apresentação dos resultados de pesquisa, isso significa, por exemplo, que cada vez mais se valorizarão *papers* e artigos, e menos livros. Já tenho presenciado, por exemplo, em alguns processos seletivos na Alemanha, situações em que candidatos com três ou quatro artigos de curto ou médio alcance em revistas de segunda linha, mas publicadas em inglês, são considerados mais qualificados que candidatos com o mesmo número de livros razoavelmente importantes publicados em alemão.

***Plural:** E no âmbito das relações entre as ciências sociais e o conjunto da sociedade, quais são as diferenças mais significativas entre o Brasil e a Alemanha?*

Sérgio: Uma diferença que salta aos olhos está relacionada com o nível mais alto de escolaridade e índices mais elevados de leitura encontrados na população alemã. Isso faz com que o conhecimento produzido pelas ciências sociais circule mais rapidamente no conjunto da sociedade e retor-

ne, por assim dizer, da academia ao cotidiano, reorientando comportamentos e ações e remodelando as relações sociais. Isso fica evidente, por exemplo, no caso das discussões sobre risco e meio ambiente ou sobre as relações de gênero. O conhecimento especializado produzido pelas ciências sociais nos últimos anos nessas áreas foi largamente incorporado pelos agentes sociais, de modo que, mesmo que de forma parcial ou fragmentária e nem sempre consciente, casais se valem de argumentos da sociologia da família para renegociar seus papéis de gênero. De forma similar, a idéia de que vivemos numa "sociedade mundial de riscos" foi plenamente absorvida pela política, de sorte que qualquer deputado mediano sabe que pode recorrer a esse tipo de idéia para persuadir seus pares e eleitores. Esse uso, sem grandes mediações ou traduções, do conhecimento especializado produzido pelas ciências sociais é observado, no Brasil, intensamente no caso dos movimentos sociais, como constatamos, por exemplo, no movimento negro ou de mulheres. Tal não vale, contudo, de forma generalizada para o conjunto da sociedade brasileira, como me parece acontecer na Alemanha.

Ao mesmo tempo, há uma tendência, em certo sentido oposta, que é a de uma diferenciação funcional mais acelerada, o que leva a que a transferência de prestígio obtido fora do sistema acadêmico para dentro dele seja mais difícil e menos comum do que no Brasil. Traduzido em termos práticos, isto significa que o sucesso junto aos meios de comunicação não é reconvertido imediatamente em maior prestígio acadêmico. Ao contrário, uma excessiva exposição pública desperta na Alemanha, em geral, suspeita entre os pares na academia, o que muitas vezes não passa de zelo excessivo e purismo acadêmico contraprodutivo. No Brasil, parece haver uma tendência oposta, já que um artigo jornalístico de meia página no caderno "Mais!", da *Folha de S. Paulo*, produz, em muitos casos, mais dividendos acadêmicos do que um artigo que apresente resultados substantivos de anos de pesquisa bem feita, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

***Plural:** Tendo em vista os debates recentes na Europa sobre multiculturalismo, existem dificuldades para um sociólogo estrangeiro atuar no campo científico europeu? Se sim, quais seriam?*

Sérgio: As diferenças entre os diversos países europeus são enormes. Em países como Itália, Alemanha e Áustria, por exemplo, a abertura para cientistas sociais estrangeiros, e particularmente aqueles provindos de países pobres, é mínima. Não se trata de uma discriminação direta, mas de certos critérios de avaliação de excelência e desempenho que acabam favorecendo os nascidos no país. Já, por exemplo, na Suíça e mesmo na Inglaterra, a abertura é muito maior.

Bem, isso para tratar do nível institucional. Acho que há uma dimensão epistemológica que é igualmente importante e que, de certo modo, favorece pesquisadores estrangeiros. Sem querer fazer disso uma afirmação absoluta, já que mais uma vez aqui as situações individuais é que são determinantes, penso que a condição de imigrante cria um lugar de observação, um olhar sobre os processos em curso que pode favorecer o espírito crítico. Particularmente no momento por que passa a

Europa, com um crescimento da xenofobia e mais particularmente da islamofobia em todos os países, integrar pessoas com *backgrounds* culturais diversos ao processo de reflexão e produção de conhecimento pode representar um enorme ganho para as sociedades européias, no sentido de evitar adscrições e estereótipos singelos a respeito do *não europeu*.

Plural: *Como você avalia os impactos das reformas do sistema universitário europeu, no contexto do processo de Bolonha em curso? Quais relações você poderia observar entre o tipo de trabalho intelectual proposto e essas mudanças? Existem semelhanças com a situação atual do sistema universitário brasileiro?*

Sérgio: O processo de Bolonha, para repetir o que muita gente já disse antes de mim, é o exemplo mais acabado da efetividade do chamado *soft power* na política mundial. Os países europeus em conjunto vêm implementando uma completa reforma de seus sistemas universitários em tempo recorde, sem que tenham discutido adequadamente as conseqüências do processo, sem que haja indicações claras de que o que se está construindo é melhor do que o que existe hoje e, o que é mais admirável, sem que haja qualquer portaria, lei ou diretiva que imponha, compulsoriamente, a necessidade de a universidade se auto-reformar. Ao final do processo, a universidade deve funcionar, nos diversos países, mais ou menos conforme a sistemática de três níveis que existe no Brasil: graduação, mestrado, doutorado. Seguramente, a reforma facilitará a vida dos alunos e da administração da universidade, na medida em que a unificação de critérios permitirá, por exemplo, que semestres cursados em outros países europeus sejam automaticamente reconhecidos na universidade de origem. Não obstante, o saldo das reformas em termos substantivos, pelo menos do que pude acompanhar até o momento, é negativo. Conforme disse, o sistema universitário, como foi e em parte ainda é o alemão, permite ao aluno montar seu próprio currículo e perseguir interesses próprios, investindo mais naquilo que lhe pareça relevante e necessário para a consecução de seus objetivos. O número de matérias obrigatórias é mínimo. Concluído o processo de Bolonha, isso muda: todos os alunos passarão a estudar conforme um currículo padronizado, o qual limita também a oferta das disciplinas oferecidas pelos professores. Até o momento, tínhamos uma enorme liberdade na oferta de seminários, que variavam praticamente todo semestre. Isso permitia, por exemplo, uma forte integração entre pesquisa e docência, na medida em que temas dos nossos projetos atuais de investigação se transformam necessariamente em objetos dos seminários oferecidos. A unificação dos currículos engessa a estrutura e nos obriga a oferecer todos os semestres aqueles mesmos cursos obrigatórios.

Plural: *Qual sua opinião a respeito da importância da internacionalização individual dos sociólogos e o conseqüente impacto nas instituições acadêmicas? Há problemas ou vantagens que você poderia apontar referentes à consecução de teorias sociais autóctones?*

Sérgio: Permitam-me começar pela segunda parte da pergunta. Penso que a idéia de uma sociologia autóctone é tão equivocada quanto a idéia de uma sociologia eurocêntrica que entendesse as transfor-

mações sociais nas demais regiões do mundo como mera reprodução tardia e piorada da modernidade européia. O desafio mais interessante e profícuo é precisamente entender como processos de mudança locais se articulam com a dinâmica mais geral de transformação da sociedade moderna. Trata-se de entender que partilhamos todos de *uma* sociedade mundial que é desigual e que apresenta, obviamente, desníveis regionais profundos. Essas diferentes partes encontram-se, contudo, integradas e articuladas, cabendo à sociologia descrever os termos dessa integração desigual. Tampouco no plano institucional existe espaço para teorias autóctones: os diferentes cientistas sociais, no âmbito das correntes ou escolas de sua preferência, partilham de matrizes teóricas comuns e é só nesses contextos que podem surgir o vocabulário e os termos compartilhados que permitem um intercâmbio efetivo. Isso não significa, obviamente, deixar de lado a agenda de problemas que a sociedade nacional nos coloca. Temas como o desenvolvimento, a violência, o racismo e a desigualdade social têm – e é obviamente justo e correto que seja assim – na agenda de investigações da sociologia brasileira um peso maior do que têm, por exemplo, na pauta de temas discutidos na Suécia. Não obstante, acreditar que existe uma singularidade nesses problemas que permite que eles possam ser estudados independentemente das mudanças globais constitui, a meu ver, um enorme equívoco. Isso nos leva à primeira parte da pergunta, qual seja, a internacionalização. Gostaria de apontar pelo menos duas razões fortes para que se continue investindo na internacionalização das ciências sociais.

A primeira é de ordem individual. Penso que um certo cosmopolitismo é, ou pelo menos deveria ser, inerente ao habitus do cientista social. Menciono cosmopolitismo aqui num sentido preciso, associado à capacidade de pensar o mundo para além das fronteiras culturais da nação. Obviamente que o grau de cosmopolitismo não é uma dedução direta do número de milhas voadas a congressos científicos e estadas internacionais, mas, em alguma medida, penso que partilhar do cotidiano de uma instituição estrangeira, discutir regularmente com colegas de outras partes do mundo ou vivenciar, temporariamente, formas culturais de vida distintas nos ajuda a contextualizar a sociedade em que vivemos e as próprias agendas de pesquisa num quadro mais completo.

A segunda justificativa para a promoção da internacionalização é institucional. Em comparação com outros países, o nível de competitividade no interior das ciências sociais brasileiras é baixo. Há, obviamente, nichos de excelência, no âmbito dos quais há uma produção científica de altíssimo nível e que pode ser apresentada em qualquer fórum científico mundial. Em alguns casos, contudo, enaltecemos trabalhos de qualidade muito inferior ao que vem sendo produzido sobre o tema em outros países, simplesmente porque desconhecemos a produção internacional. Nesse sentido, o fortalecimento dos laços com a comunidade científica internacional ajuda a avaliar mais adequadamente nossos próprios méritos e deficiências.

Plural: *Sabemos de seu empenho em levantar no Brasil o debate sobre teoria social, principalmente através de participações em eventos como os Encontros da ANPOCS.*

Como você avalia o estado atual das discussões no país sobre o assunto?

Sérgio: A idéia de promover a discussão da teoria social no âmbito da ANPOCS há 10 anos não foi minha, mas de um grupo de recém-doutores, por coincidência – ou não – todos egressos de doutorados no exterior. A resposta, tanto de colegas que apostaram na idéia, como Gabriel Cohn e Elisa Reis, quanto dos próprios freqüentadores dos encontros, foi extremamente generosa e receptiva, de tal sorte que pudemos credenciar sucessivamente o grupo desde então, garantindo uma grande rotatividade e ampliação, inclusive geográfica e geracional, do círculo inicial de interessados. Num primeiro momento, as discussões, como era de se esperar, se centraram muito em autores, sobretudo aqueles mais consagrados e com obras de maior fôlego, como Habermas, Luhmann, Giddens, Bourdieu, Fraser. Logo surgiram, contudo, *papers* que buscavam aplicar teoremas discutidos à análise de problemas empíricos específicos, ou então construíam perspectivas críticas às matrizes discutidas, conferindo-se, assim, uma marca própria às discussões desenvolvidas ali. Para mim, pessoalmente, o grupo tem sido uma referência indispensável e um fórum fundamental para compartilhar novos resultados de pesquisa.

No plano mais geral, observo dois movimentos contraditórios. De um lado, houve uma normalização e institucionalização do *ensino* de teoria social, de modo que se tornou impensável uma graduação ou pós-graduação nas áreas das ciências sociais no Brasil que não contemple cadeiras de teoria social contemporânea. Por outro lado, observo, como mencionava antes, uma redução dos espaços institucionais para a *pesquisa* na área da teoria social. As linhas de financiamento são cada vez mais voltadas para a pesquisa aplicada e para projetos quantitativos. A investigação no campo da teoria é tratada pelas agências de fomento, em geral, como desnecessária ou fora de contexto, na medida em que, nas estratégias traçadas, o Brasil é consumidor e não produtor de teoria social. A idéia que orienta tal posição é a de uma certa neutralidade da teoria, visão obviamente acanhada e prejudicial, na medida em que só serve para confirmar e legitimar relações assimétricas do poder de produção do conhecimento. Do ponto de vista epistemológico, essa divisão de tarefas nos faz reféns do eurocentrismo e lança países como o Brasil no círculo vicioso que faz com que sua produção intelectual seja sempre tratada como ciência de segunda linha.

***Plural:** Como a produção acadêmica brasileira, principalmente na área de sociologia, é vista na Alemanha e na Europa?*

Sérgio: Posso ser injusto com trabalhos que tenham tido destaque em países cujas academias me são menos familiares, mas, de forma geral, diria que o último sociólogo brasileiro razoavelmente conhecido na Europa, para além dos restritos círculos dos latino-americanistas, foi Fernando Henrique Cardoso. Depois dele, há casos isolados, como Mangabeira Unger, conhecido entre os filósofos políticos europeus de forma geral, ou Marcelo Neves, conhecido entre juristas e sociólogos do direito na Alemanha, dada sua contribuição ímpar ao confrontar a teoria sistêmica em seu doutorado, defendido no começo dos anos 1990, com o que chamou de subintegração, subcidadania e pa-

drão periférico de modernização. Fora isso, não me parece que um cientista social médio europeu, descontados talvez os portugueses e os parceiros diretos da cooperação brasileira, tenha alguma idéia concreta do que são e do que produzem os cientistas sociais no Brasil.

Plural: Tendo em vista as mudanças nos padrões internacionais de avaliação e competição, quais as perspectivas para os pesquisadores brasileiros?

Sérgio: Certamente, há colegas que são especializados no estudo do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil e que têm informações sobre esse ponto muito mais precisas do que eu. Vou responder, por isso, de forma genérica, a partir de uma perspectiva particular, qual seja, a possibilidade da produção de inovação. A profissionalização e a adaptação das ciências sociais no Brasil aos padrões institucionais internacionais se deram, como se sabe, relativamente cedo, antes mesmo da democratização. Depois disso, foram aperfeiçoados os critérios de avaliação dos cursos, de sorte que existe hoje um sistema de formação e produção de conhecimento que atende, de forma geral, aos requisitos de transparência e adequação dos procedimentos. A adaptação ao padrão internacional é seguramente necessária, mas é ambivalente, na medida em que representa a subordinação voluntária a uma forma de organização da produção do conhecimento científico, na qual países como o Brasil ocupam, por definição, uma posição subordinada, já que esses padrões foram definidos por academias que já funcionam há muito mais tempo nos formatos recomendados e que dispõem de muito mais recursos materiais e humanos. As possibilidades de um pesquisador ou de uma pesquisa brasileira se destacar no interior desse sistema são reduzidas. Seguir determinados critérios de excelência, portanto, garante que os cientistas sociais brasileiros sejam tratados como membros da comunidade científica profissional internacional, mas não assegura que tenham qualquer destaque. Uma estratégia para fugir a esse círculo de reprodução do poder assimétrico é buscar um lugar de fala fora do sistema, denunciando sua lógica perversa, como vêm fazendo, por exemplo, muitos pesquisadores de origem indiana (Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty, Shalini Randeria) e mesmo de outros países latino-americanos, como documenta o trabalho de Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, entre outros. Essa visada de fora pode gerar conhecimentos inovadores, mas de alguma maneira é uma perspectiva que já foi ocupada por não brasileiros e que, talvez, já esteja próxima do saturamento. Se esse diagnóstico estiver certo e se, entre a geração mais jovem, não surgir algum espírito genial capaz de contrariar as previsões, as perspectivas para as ciências sociais brasileiras são a de ter um número cada vez maior de seus membros reconhecidos como parte da comunidade internacional que produz "ciência normal" de boa qualidade e adaptada às regras internacionais. Ao mesmo tempo, não há indícios de que, a curto e médio prazos, provenham do Brasil trabalhos de características enfaticamente inovadoras, capazes de contribuir para mudanças de paradigma e que tenham alguma repercussão internacional.